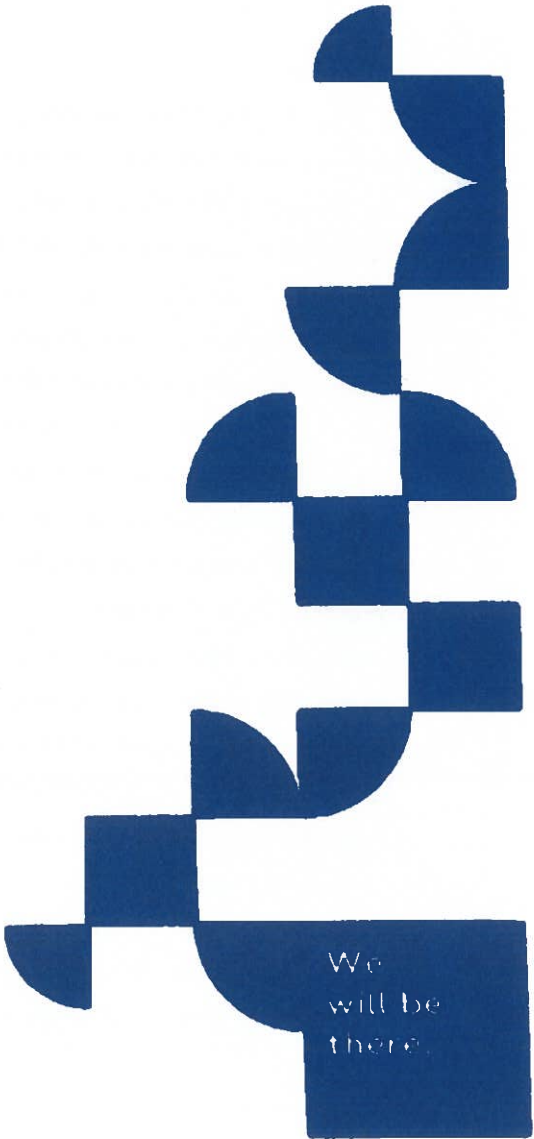




103 ~
20

Relatório de Gestão 2022

MDS RE Mediador de Resseguros, S.A.



Exmos. Senhores Acionistas,

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Exas. o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2022 da MDS RE Mediador de Resseguros, S.A. ("MDS RE").

1. Enquadramento Macroeconómico

MUNDO

O ano de 2022 ficou marcado pela invasão da Ucrânia por parte da Rússia e pela consequente deterioração do contexto geopolítico internacional. A elevada tensão entre os países da União Europeia (UE) e da Organização do Tratado do Atlântico Norte - em solidariedade com a Ucrânia - e a Rússia, deu origem a uma série de sanções impostas por ambas as partes, que resultaram na escalada dos preços nos mercados internacionais de commodities energéticas e alimentares.

O abastecimento de gás natural manteve-se uma das principais fontes de preocupação para as economias da UE, pairando o risco de corte do fornecimento pela Rússia. De forma a reduzir a sua vulnerabilidade energética, os Estados Membros aceleraram a acumulação de reservas de gás natural e a Comissão Europeia divulgou um plano de contingência para o racionamento de energia, o que permitiu o relativo alívio dos preços nos últimos meses do ano.

Por sua vez, o acordo para a viabilização das exportações de grãos da Ucrânia pelo Mar Negro, assinado em julho, veio, de forma geral, atenuar a subida dos preços das commodities alimentares verificada no primeiro semestre. Ainda assim, os preços dos alimentos e de energia mantiveram-se em alta e intensificaram as pressões sobre a generalidade dos preços nas economias avançadas, levando a inflação a atingir níveis recorde de mais de 20 anos.

Perante um choque inflacionista mais intenso e persistente do que inicialmente previsto, os Bancos Centrais dos principais blocos económicos aumentaram significativamente as suas taxas de juro de referência. Na Área do Euro, o Banco Central Europeu (BCE) iniciou

19
M
3



o movimento de normalização da sua política monetária na segunda metade do ano, elevando a taxa de juro de referência pela primeira vez desde 2011, e acumulando uma subida de 2,5 p.p. em 2022.

Consequentemente, as taxas Euribor seguiram uma trajetória crescente, encerrando 2022 no valor mais alto dos últimos 14 anos, intensificando a pressão financeira sobre empresas e famílias. Em resultado deste movimento, as taxas de juro da dívida soberana dos países da Área do Euro subiram acentuadamente, sobretudo de Itália, o que pressionou o BCE a anunciar um novo instrumento de política monetária por forma a garantir a transmissão da sua política.

Pela positiva, o ano ficou marcado pelo levantamento das restrições relacionadas com a pandemia do Covid-19 na maioria das economias desenvolvidas, em virtude do sucesso dos programas de vacinação e da crescente imunização da população pelo contacto com o vírus. O levantamento das restrições permitiu assim uma retoma dos anteriores padrões sociais e hábitos de consumo, e uma recuperação dos níveis de atividade económica.

Na Área do Euro, o PIB (real) cresceu +3,5% em 2022 (vs. -6,1% em 2020 e +5,3% em 2021), recuperando totalmente da quebra registada em 2020. Por sua vez, apesar da manutenção de restrições pandémicas na China devido à política de zero-Covid, os constrangimentos nas cadeias de abastecimento globais reduziram, ainda que se tenha mantido alguma volatilidade devido ao conflito na Ucrânia.

Em relação à América do Norte, espera-se um PIB em 2022 de cerca de +2,1% (vs. cerca de +5,7% em 2021) e +3,5% (vs. cerca de +4,5% em 2021) para as economias dos EUA e do Canadá, respetivamente. Os efeitos das sanções à Rússia, relacionadas com a guerra com a Ucrânia, bem como o rápido aumento das taxas de juros, impactaram negativamente o crescimento do PIB. O principal objetivo dos bancos centrais durante o ano foi conter a inflação, que terminou em cerca de 7% nas economias americana e canadiana. O desemprego manteve-se baixo, o que manteve a pressão de subida de salários e da inflação.

MM.
183 2



PORTUGAL

Em Portugal, assistimos também a uma escalada da inflação, impulsionada pela subida dos preços das *commodities* energéticas e alimentares nos mercados internacionais, atingindo +8,1% no conjunto do ano. A subida pronunciada do nível geral de preços resultou na quebra do poder de compra das famílias, que mantiveram a sua confiança em níveis historicamente baixos, e promoveu alterações fundamentais nos seus comportamentos de compra. Apesar da deterioração do contexto macroeconómico, a economia portuguesa apresentou um desempenho mais positivo em 2022, beneficiando da dinâmica renovada do turismo internacional e do consumo das famílias residentes. O PIB (real) cresceu +6,8% no ano, com o consumo privado (real) a registar um aumento de +5,9%. Para a resiliência do consumo privado contribuíram as poupanças acumuladas pelas famílias durante a pandemia e o momento positivo do mercado de trabalho, com a taxa de desemprego a situar-se nos 5,9% em 2022 (vs. 6,5% em 2021).

ÁFRICA (Angola e Moçambique)

Angola

Em 2022, a economia angolana continuou a recuperar da pandemia de Covid-19, apoiada pelo aumento dos preços do petróleo, a melhoria da produção petrolífera e a resiliência da atividade não petrolífera. Não obstante uma conjuntura externa difícil, o crescimento não petrolífero foi generalizado.

Para 2022, o FMI prevê um crescimento de +3,0 por cento, sendo que estima um crescimento de cerca de +4,0% a médio prazo.

O ano de 2022, marcou uma viragem importante no sentido do crescimento da economia Angolana, após os múltiplos choques observados nos últimos anos, primeiro com o declínio nos preços das matérias primas, nos anos de 2015 e 2016, o qual teve efeitos muito negativos na economia, e mais recentemente devido aos efeitos da pandemia de Covid-19.

ML
HS
2



Moçambique

A economia moçambicana cresceu +4,15% em 2022, de acordo com a informação publicada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) de Moçambique. O crescimento acelerou face aos +2,2% de 2021 e ficou acima dos +2,9% previstos pelo Governo no Plano Económico e Social e Orçamento de Estado (PESOE) para o ano de 2022. A evolução económica positiva, refletiu a recuperação dos setores mais afetados pela Covid-19, na sequência do alívio das medidas restritivas a nível doméstico e externo.

2. Atividade operacional

Para a MDS RE, o ano de 2022 foi muito positivo, quer em termos operacionais, quer em termos de novos e importantes clientes / negócios, confirmando-se a tendência que tem se vindo a observar nos exercícios mais recentes.

Para o crescimento observado, continuaram a contribuir de forma principal, o enfoque estratégico na angariação e vinculação de clientes, especialmente em África e particularmente em Angola, aproveitando o contexto de relançamento do sector da Construção e da Infraestrutura, bem como o continuo reforço do relacionamento com o mercado de resseguro em geral e particular com o mercado Regional Africano.

Salientamos a realização, em Angola, de um conjunto de novos negócios de Resseguro facultativo no âmbito de alguns projetos de construção estruturantes e a consolidação dos negócios de "Tratados" que se conseguiu manter e desenvolver junto dos principais clientes (tais como: Emose em Moçambique, e ENSA, Global e NOSSA, em Angola).

A aposta estratégica de cross-selling com o Grupo MDS, continuou a merecer um destaque estratégico principal, em especial o suporte técnico a grandes clientes pertencentes à MDS Angola, MDS Moçambique e à MDS Portugal.



3. Desempenho operacional

Em 2022, a MDS RE apresentou um volume de negócios de 1.712 mil euros, o que representa um aumento de 104% face ao ano anterior.

Quanto ao resultado operacional melhorou face a 2021 registando um valor positivo de 1.306 mil euros, isto é mais 141% face a 2021.

Em 2022 registou um Resultado positivo de 1.009 mil euros o que compara com um resultado positivo de 461 mil euros verificado em 2021.

4. Proposta de aplicação de resultados

No exercício de 2022, a MDS RE obteve um Resultado Líquido positivo de 1.008.937,39 euros (um milhão oito mil e novecentos trinta e sete euros e trinta e nove cêntimos). Nos termos legais e estatutários aplicáveis, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que sejam transferidos para Resultados Transitados.

5. Perspetivas para 2023

O ano de 2023, prevê-se que seja mais um ano positivo de crescimento para a MDS RE, consolidando a sua posição competitiva e comprovando a aposta estratégica seguida nos últimos anos.

Nomeadamente, espera-se que seja um ano no qual, a MDS propõe os seguintes princípios estratégicos:

- Consolidação e do crescimento da carteira de clientes nas geografias onde está presente;
- Aproveitamento das oportunidades que surjam em qualquer uma das geografias, nomeadamente em Angola, onde se espera a continuação do crescimento,



suportado em projetos de construção & infraestrutura relevantes, os quais necessitam soluções de resseguro.

- Cross-selling de oportunidades existentes na carteira do Grupo MDS;
- Desenvolvimento e consolidação do relacionamento com o mercado de Resseguro, para obtenção de "novas" capacidades / soluções de valor acrescentado para os clientes.

A nível operacional, a MDS RE, continuará a apostar no melhoramento da eficácia operacional, através do investimento em processos, tecnologias e recursos humanos.

6. Outras Informações

Em cumprimento do disposto no artigo 21.º do Decreto-Lei 411/91, declara-se que a Empresa não tem dívidas vencidas à Segurança Social. Mais se informa que a Empresa não tem dívidas em mora ao Estado nem salários em atraso aos colaboradores.

7. Eventos Subsequentes

O Conselho de Administração informa não ter conhecimento de quaisquer factos ou acontecimentos posteriores a 31 de dezembro de 2022 que justifiquem ajustamentos ou divulgações nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo naquela data.

8. Considerações Finais

Uma palavra de apreço e consideração para todos aqueles que têm contribuído para o progresso da MDS RE, em especial, aos clientes, que nos convidam a inovar e a criar um serviço cada vez mais adequado ao mercado permitindo assim o crescimento e o reconhecimento desejado, aos colaboradores pelo seu empenho pessoal e profissional, aos acionistas pela confiança e contributo para este projeto e à Assembleia Geral e ao Fiscal único pela disponibilidade sempre demonstrada e a todos aqueles que das mais diversas formas se relacionaram e contribuíram para o progresso da MDS RE.



Lisboa, 21 de abril de 2023

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'J. M. Queirós'.

(José Manuel Queirós Dias da Fonseca)

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'J. M. Alvadia'.

(João Manuel Pontes Alvadia)

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'T. M. da Costa Passos Mora'.

(Tiago Manuel da Costa Passos Mora)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da MDS RE Mediador de Resseguros, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 6.946.199,75 euros e um total de capital próprio de 1.702.164,60 Euros, incluindo um resultado líquido de 1.008.937,39 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da MDS RE Mediador de Resseguros, S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme é visível no anexo às demonstrações financeiras a Entidade tem diversos clientes no mercado angolano, o que tem vindo a implicar a dilatação de prazos de realização dos ativos decorrentes da sua atividade operacional nomeadamente no que respeita a contas a receber de clientes e a exposição líquida das contas a receber e a pagar às resseguradoras (Nota 8), o que influencia de forma determinante as necessidades de fundo de maneo e a rentabilidade da operação da Entidade. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.



“Deloitte”, “nós” e “nossos” refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, acesse a www.deloitte.com/pt/about.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

Outras matérias

As demonstrações financeiras da Entidade em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para efeitos comparativos, foram objeto da nossa Certificação Legal das Contas, datada de 23 de junho de 2023, que inclui uma reserva relativa a impactos de atualização cambial relativos ao exercício de 2020 indevidamente refletidos no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a qual não é aplicável ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com o órgão de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

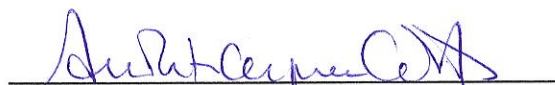
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 21 de abril de 2023



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Ana Rita Cerqueira Cotta, ROC
Registo na OROC nº 1199
Registo na CMVM nº 20160810

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

**Ao Acionista da
MDS RE Mediador de Resseguros, S.A.**

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da MDS RE Mediador de Resseguros, S.A. (Empresa), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

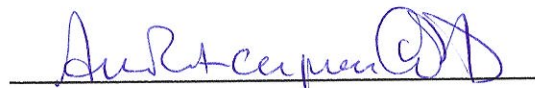
Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da Empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Empresa as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de dezembro de 2022, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2022 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que se dá aqui por integralmente reproduzida e que não inclui reservas e que inclui uma ênfase e um parágrafo de outras matérias.

Face ao exposto, somos de opinião que, tendo em consideração o descrito na secção “Ênfase” da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Empresa o nosso apreço pela colaboração prestada.

Porto, 21 de abril de 2023



Deloitte & Associados, SROCS.A.
Representada por Ana Rita Cerqueira Cotta, ROC
Registo na OROC nº 1199
Registo na CMVM nº 20160810



“Deloitte”, “nós” e “nossos” refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, aceda a www.deloitte.com/pt/about.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto